



## EXISTE ALGUMA REGIÃO PARA DESENVOLVER? UM QUESTIONAMENTO DESDE O PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO

### RESUMO

O objetivo deste artigo é o de problematizar alguns conceitos que utilizamos nos estudos sobre desenvolvimento regional, partindo do pensamento social latino-americano. A questão que pretendemos responder é: como os conceitos de região e desenvolvimento passam a “significar” o conhecimento e as experiências históricas naquilo que se passou a chamar de América Latina? É possível ressignificá-los com a ajuda do pensamento social latino-americano? Partimos do pressuposto de que estes conceitos trazem significados e experiências de *outros* espaços e tempos que se impõem aos *nossos* espaços e tempos. Todavia, há de se considerar que conceitos também são carregados de significados e podem ser usados para recuperar o que foi negado. Para tanto, buscamos resgatar no pensamento social e na constituição das ciências sociais na América Latina elementos deste *conhecimento localizado* que possam contribuir para a ampliação dos significados e das experiências daquilo que passamos a chamar região e desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Região. Desenvolvimento. Colonialidade. Decolonialidade. América Latina.

### Introdução: para não deixar os conceitos em paz

“El condor passa sobre os Andes/ E abre as asas sobre nós/ Na fúria das cidades grandes/ Eu quero abrir a minha voz/ Cantar, como quem usa a mão/ Para fazer um pão/ Colher alguma espiga/ Como quem diz no coração: Meu bem, não pense em paz/ Que deixa a alma antiga.” (*Voz da América*, Belchior).

Se a intenção aqui é não deixar os conceitos em paz, precisamos deixar claro o que entendemos por *conceito* e de quais *conceitos* vamos tratar. Um *conceito* unifica em si um conjunto de significados, contém experiências históricas. Dialeticamente, as experiências vão deixando suas marcas na linguagem e a linguagem deixa suas marcas nas experiências (SEBASTIÁN, 2009).

Ao mesmo tempo que o conceito é algo aberto, repleto de significados e experiências históricas, ele também está imerso em relações de poder, como tratou George Orwell em 1984, correndo o risco de se tornar reducionista.

De muchas historias concretas y particulares se pasó a un concepto universal y englobante de Historia (...); de los progresos en diferentes ámbitos, se pasó al progreso en general; de la multiplicidad de futuros



posibles, al futuro, nuevo espacio mental unificado, abarcador de todo lo que en cada momento está por venir (...). (SEBASTIÁN, 2009, p. 30).

Não deixar os conceitos em paz é considerar que “todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos.” (KOSELLECK, 1992, p. 137). É reconhecer que partimos do pressuposto de que conhecemos os conceitos que fundamentam nossos pensamentos e ações, mas na verdade “usamos os conceitos de forma ingênua, a partir de uma semântica que temos em nossas cabeças como um *a priori*.” (KOSELLECK, 1992, p. 145).

O primeiro conceito, *região*, propicia recortes ao espaço social e natural. O *espaço social*, remete a natureza transformada, a *segunda natureza*, para Marx (SANTOS, 1977). A colonização que teve lugar na América Latina negou e destruiu o espaço social que existia e o reconstruiu segundo as intenções e os interesses dos colonizadores. O conceito de espaço social que acabaria se firmando na América Latina, em grande medida, é negação do espaço social que existia antes da chegada dos europeus. É nesse espaço social que as regiões são instaladas.

Dito isto, convém ressaltar que os recortes regionais envolvem critérios sócio-políticas, físico-geográficas e histórico-culturais. A Geografia utiliza região, principalmente, para lidar com recortes em escalas subnacionais, buscando em alguma medida considerar similaridades existentes mediante critérios como os acima listados. Aqui utilizamos o conceito de região procedendo a um recorte subcontinental, já que uma questão presente nos debates do pensamento social latino-americano é a existência ou não da América Latina como região.

Havemos de considerar que a terra não nasceu dividida em quatro continentes. Mas, a ontologia das divisões continentais está dada, e poucos/as a questionam. Daí seguem outras divisões: Oriente-Occidente, Norte-Sul, Primeiro-Segundo-Terceiro-Quarto Mundo. O Primeiro Mundo criou essas e outras classificações, assim como, as divisões no trabalho científico, incluindo-se a si e incluindo o Outro nelas (MIGNOLO, 2007).

O segundo conceito, *desenvolvimento*, passou a ser utilizado como parâmetro para reconfigurar os países no período posterior à Segunda Guerra Mundial. O desenvolvimento, privilegiando o crescimento econômico, passou a ser um parâmetro comparativo entre os países. Com a criação do desenvolvimento, cria-se também o subdesenvolvimento. Muitos países em desenvolvimento, devido ao imperialismo e a cosmologia capitalista, foram e são levados a crer que o que é bom para os países desenvolvidos também deveria ser bom para



os países subdesenvolvidos. O desenvolvimento traz em si a lógica da colonialidade (AMIN, 2009; MIGNOLO, 2009; ESTEVA, 2000).

É fato que os conceitos, região e desenvolvimento, trazem significados e experiências de outros espaços e tempos que se impõem aos nossos espaços e tempos. Todavia, se os conceitos unificam em si um conjunto de significados e contém experiências históricas, podemos recuperar os significados e as experiências negados. Este é o objetivo deste texto: problematizar os conceitos de região e desenvolvimento tendo como referência as reflexões acumuladas pelo pensamento social latino-americano.

Para tanto, o artigo está dividido em quatro partes incluindo esta introdução. Na segunda parte tratamos da *região que recortaram para nós*, mostrando a América Latina mais como uma invenção europeia, do que como criação dos/das que aqui viviam. Na terceira parte, *estrangeiros na sua própria terra*, abordamos sinteticamente o pensamento social e a constituição das ciências sociais na América Latina, buscando mostrar que, apesar da presença do colonialismo intelectual (QUIJANO, 2005), existe um intenso esforço na direção crítica. A quarta parte, *existe alguma região para desenvolver?*, busca trazer ao debate a existência ou não de uma região (América Latina) e de um desenvolvimento possível nesse recorte e para as gentes que aqui vivem. Para além dos conceitos que nos trouxeram, entra em cena a reflexão do pensamento social latino-americano em relação aos conceitos. É no resgate do pensamento social latino-americano e na constituição das ciências sociais na América Latina que buscamos elementos deste *conhecimento localizado* a fim de contribuir para a ampliação dos significados e das experiências daquilo que passamos a chamar região e desenvolvimento.

## A região que recortaram para nós

“Mas não se preocupe meu amigo/ Com os horrores que eu lhe digo/ Isso é somente uma canção/ A vida realmente é diferente/ Quer dizer/ Ao vivo é muito pior” (Belchior, Apenas um rapaz latino-americano).

A América, também chamada de “novo mundo” data de 50.000 anos. Já foi *Cemanáhuac* para os astecas, *Abia Yala* para os kunas do Panamá e *Tahuantisuyo* para os incas. O continente “existia” e era povoado antes da chegada de Colombo (DUSSEL, 1993). “América’ nunca fue un continente que hubiese que descubrir sino una invención forjada durante el proceso de la historia colonial europea y la consolidación y expansión de las ideas e instituciones occidentales” (MIGNOLO, 2007, p. 28).



Ao desembarcarem na América, em 1492, os espanhóis encontraram civilizações superiores a Europa do século IV ou V. Na América se desenvolveram uma multiplicidade de povos e suas respectivas eticidades. Eram aproximadamente 70 milhões na época do “descobrimento” e um século e meio depois estavam reduzidos a 3,5 milhões. Foi o encontro mais surpreendente e o maior genocídio da história da humanidade (BOMFIM, 2008; GALEANO, 2010; THEIS, 2015).

Perdemos; outros ganharam. Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina (...) é a história do capitalismo mundial. Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia (...). (GALEANO, 2010, Posição 102).

E o que, afinal, se entende por América Latina? Quando e como surge a expressão América Latina? O continente fora batizado, já em 1507, de América. Todavia, como, em 1777, os Estados Unidos, recém-independentes, se autodesignaram “Estados Unidos da América”, o conjunto dos países ao sul se reconheceria, a partir da segunda metade do século XIX, como “América Latina”, precisamente, para diferenciar-se do vizinho do norte. De fato, o adjetivo (*latina*) entraria em circulação a partir de 1851, associado aos nomes do argentino Carlos Calvo e do colombiano José Maria Torres Caicedo. Apesar de controversa – havia a preocupação de identificar o subcontinente com a gente que nele vivia, o que favorecia a denominação *Indo-América* em relação à *América Latina* – a expressão se estabeleceria, sobretudo, de 1948 em diante, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) cria a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (THEIS, 2015).

Bolívar, na *Carta de Jamaica*, escrita em 1815, fala do anseio de formar todo o Novo Mundo como uma só nação, uma grande república (BOLÍVAR, 1976). Darcy Ribeiro trata a América Latina como Pátria Grande, mas adverte: “uma característica singular da América Latina é sua condição de um conjunto de povos intencionalmente constituídos por atos e vontades alheios a eles mesmos.” (RIBEIRO, 2017, p. 66). Mignolo defende a desobediência epistêmica que tem como princípios a disjunção entre “(...) a formação e a transmissão de regiões epistêmicas, ligadas a corpos e regiões do mundo moderno/colonial e a seus movimentos através do tempo e do espaço.” (MIGNOLO, 2008, p. 301).

O sujeito que conhece apartado do que conhece, não é tocado pela configuração geopolítica de um mundo em que as pessoas e as regiões mundiais são classificadas por critérios que elas não ajudaram a definir. “No se piensa, porque no se tiene una técnica,



pero ante todo porque se tiene miedo.” (KUSCH, 1976, p. 10). Se somos da América Latina deveríamos falar da América Latina, ser uma mostra de nossa própria cultura. Por isso, Mignolo (2009) fala de *conhecimento localizado*, que converge para o que Kusch (1976) designa como *consciência mestiça*.

As práticas coloniais condicionaram a natureza e as gentes latino-americanas e, atualmente, sobrevivem na colonialidade do poder, no capitalismo e no eurocentrismo. A *colonialidade do poder* se manifesta nas relações que o Estado “independente”, dirigentes e intelectuais têm com o povo. Manifesta-se também no disciplinamento do conhecimento, que determina o que pensar, como e por quê, definindo qual o conhecimento válido. Não são as mesmas relações do período colonial, de uma sociedade dual (colonizadores e colonizados). Estas são substituídas por relações de poder que se justificam pela *modernização* e pelo *desenvolvimento*. A *economia política colonial* tem continuidade na *economia política do desenvolvimento* (ALCOREZA, 2015).

O avanço do *capitalismo*, a partir da Europa, e a Revolução Industrial, que se deu, inicialmente, na Inglaterra, ocorreram graças ao ouro e à prata usurpados da América Latina. O capitalismo, como modo de produção dominante, só pôde existir com a emergência da América. Além disso, o capital proveniente da Indonésia, do tráfico de escravos e saque da Índia estimulou investimentos na Europa e também ajudou a financiar a Revolução Industrial (QUIJANO, 2005).

O *eurocentrismo* é um fenômeno da Modernidade. A superioridade da Europa “(...) será, em grande medida, fruto da acumulação da riqueza, conhecimentos, experiências, etc., que acumulará desde a conquista da América Latina.” (DUSSEL, 2005, p. 64). Do eurocentrismo derivam alguns elementos importantes: o uso de dualismos (primitivo-civilizado, tradicional, moderno, não-europeu-europeu), o evolucionismo (cujo ideal seria a sociedade moderna europeia), e uma história que tem a Europa como centro irradiador (QUIJANO, 2005).

Se a região e o desenvolvimento foram formados pelo olhar eurocêntrico, como ressignificar esses dois conceitos? Para responder a esta questão uma possibilidade é a de decolonizar o conhecimento responsável pela colonialidade presente nesses conceitos. “Nuestra autenticidade no radica en lo que Occidente considera auténtico, sino en desenvolver la estructura inversa a dicha autenticidad, en la forma del ‘estar-siendo’ como única posibilidad. Se trata de otra forma de esencialización, a partir de un horizonte propio.”



(KUSCH, 1976, p. 158). Nesta direção, torna-se importante a discussão sobre a constituição de um pensamento social latino-americano, apresentada na sequência.

## Estrangeiros em sua própria terra

“Tenho vinte e cinco anos/ De sonho e de sangue/ E de América do Sul/ Por força deste destino/ Um tango argentino/ Me vai bem melhor que um *blues*” (Belchior, A palo seco).

A primeira e crucial pergunta é se “existe” um pensamento social latino-americano. Não é uma questão trivial, tanto que há quem a ela responda negativamente. Aqui, contudo, se considera que existe um Pensamento Social Latino-Americano, porque se reconhecem mulheres e homens pensando *a* e *na* América Latina já faz bastante tempo (IANNI, 2002; PINTO, 2012).

Admitida a existência de um Pensamento Social Latino-Americano, cabe informar o que se entende por pensamento. Pensar é um verbo que remete ao latim *pēnsāre*, do séc. XIII, que significa refletir, meditar, cuidar. Pensamento é, portanto, o ato (ou o efeito) de pensar, refletir, meditar. Como se trata, no presente caso, de um pensamento militante, há mesmo que referir à *práxis*:

a práxis pressupõe teoria tanto quanto ela própria desencadeia e necessita, por sua vez, nova teoria para dar seguimento a uma nova práxis. Nunca o pensamento concreto foi tão valorizado como [...] onde ele tornou-se luz para o ato, e o ato nunca foi tão valorizado como [...] onde ele tornou-se o coroamento da verdade [...] Perfeitamente inerente ao ato de pensar, por ser um ato auxiliador, é um certo calor. O calor do próprio querer ajudar, do amor às vítimas, do ódio contra os exploradores (BLOCH, 2005, p. 268).

E, quanto ao termo “social”, o que se entende por ele? O “social” se aplica ao pensamento latino-americano em dois sentidos complementares – como, aliás, se aplica ao que é conhecido como “pensamento social brasileiro”. De um lado, no sentido de abarcar um coletivo de mulheres e homens cuja “práxis” – pensamento e ação, dialeticamente, articulados – toma a América Latina por referência. De outro, no sentido de abranger um campo relativamente vasto de conhecimento que vem sendo chamado de “ciências sociais”, portanto, não limitado à sociologia, mas estendendo-se à economia, à política etc.

O pensamento social latino-americano, na medida em que vai sendo assimilado pela Universidade, vai fazendo com que os pensadores se tornem estrangeiros em sua própria terra. O estabelecimento global do sistema de crenças europeu e de sua estrutura



de conhecimento teve consequências: os seres humanos que não eram cristãos e que não encarnavam as memórias da Europa acabariam submetendo seu conhecimento, suas crenças, seu estilo de vida e sua visão de mundo aos europeus. A teo-ego-política do conhecimento imperial prevaleceu através de instituições trazidas pelos conquistadores ao longo dos últimos cinco séculos, aí se destacando as Universidades, os museus, o Estado, exércitos etc. (MIGNOLO, 2009).

Conquanto a UNESCO considere, oficialmente, a Universidade de Karueein, no Marrocos, surgida em 859 d.C., a mais antiga do mundo, pode-se admitir que a universidade é, de fato, um fenômeno europeu. Ela surgiu em 1088 em Bolonha (a de Paris foi criada em 1170). “A universidade medieval funciona como aparelho pedagógico que determinará a lei (Faculdade de Direito), a saúde (Faculdade de Medicina) e o sentido (Faculdade de Teologia) do Império” (THAYER, 2002, p. 64). Em pouco tempo ela se multiplicaria pelo continente. Quando os europeus chegaram à América, levariam consigo o “sentido” aprendido nas inúmeras Faculdades de Teologia. Não havia inocência na universidade europeia surgida no século XI e já bem disseminada no momento da conquista. Ela foi criada, em todos os lugares, com o propósito de alinhar a lei, a saúde e o sentido. Assim como a Universidade de Paris não deveria ser “parisiense e nem francesa, mas uma força espiritual, moral, cristã e eclesial”, também a Universidade de Bolonha foi “destinada primordialmente a combater o localismo da jurisprudência” (idem, p. 66). Do mesmo modo que o conhecimento que comandou o processo de ocupação da América desde a Espanha, também (e, sobretudo), o saber dos numerosos teólogos desembarcados nas terras conquistadas foi aprendido na universidade europeia daqueles primeiros séculos. Desde então, “a universidade e os intelectuais hispano-americanos [podem ser vistos] como mascates transdisciplinares do sentido” (idem, p. 59).

A história intelectual do século XIX está marcada principalmente pela disciplinarização e profissionalização do conhecimento, pela criação de estruturas institucionais permanentes, desenhadas tanto para produzir o novo conhecimento como para reproduzir os produtores de conhecimento. A criação de múltiplas disciplinas se baseou na crença de que a investigação sistemática requereria uma concentração hábil em múltiplas zonas separadas da realidade, a qual havia sido racionalmente dividida em distintos grupos de conhecimento (WALLERSTEIN, 2006).

O positivismo deitou raízes na América Latina, principalmente no México, Brasil e Argentina. No México, com a revolução mexicana, se coloca como um pensamento



individualista, aristocrático (Antonio Caso, José Vasconcelos). Na Argentina o positivismo se funde com o marxismo (Juan B. Justo, José Ingenieros) (SOTELO, 1975). Como nos demais países do subcontinente, também no Brasil o positivismo acabaria tendo, sobretudo, a partir do último quarte do século XIX, destacada presença. Que a filosofia de Comte exercesse influência no Brasil independente, disso dá testemunho a atuação de Benjamin Constant (1836-1891), que concorreria para a quartelada que culminaria no fim do Império e no advento da República (ZEA, 1976, p. 215-219).

A sociologia acadêmica e universitária tem como marcos a criação do Instituto de Ciências Sociais em Caracas em 1877 e a fundação da Cátedra de Sociologia em Caracas em 1881. Isso aconteceu dez anos antes da fundação da Universidade de Chicago, em 1892, que é considerada a mais antiga do continente. No Brasil, a primeira cátedra data de 1923. O século XIX é marcado pelos “pensadores” que assimilaram o pensamento europeu e a sociologia universitária até a primeira metade do século XX reproduziu, ideologicamente, as estruturas básicas que a criou.” (SOTELO, 1975, p. 17).

A decolonialidade e a pós-colonialidade tiveram origem no Terceiro Mundo. A Conferência de Bandung, em 1955, reuniu países asiáticos e africanos, visando à cooperação econômica e cultural entre estes países como oposição ao colonialismo e o neocolonialismo. Desde então afloraram três tipos de críticas à modernidade: uma eurocentrada (Psicanálise, Marxismo, Pós-estruturalismo, Pós-modernidade), a segunda centrada na ideia de civilização ocidental (desocidentalização e ocidentosis<sup>1</sup>) e a outra na colonialidade (pós-colonialidade e decolonialidade). As opções decoloniais:

(...) estão mostrando que o caminho para o futuro não pode ser construído das ruínas e memórias da civilização ocidental e de seus aliados externos. Uma civilização que comemora e preza a vida ao invés de tornar certas vidas dispensáveis para acumular riqueza e acumular morte, dificilmente pode ser construída a partir das ruínas da civilização ocidental, mesmo com suas boas promessas. (MIGNOLO, 2008, p. 295-6).

O desafio do paroquialismo das ciências sociais desde o fim dos anos 1960 teve como principal característica a dificuldade em representar o universalismo. Ao analisar esse desafio é importante distinguir o campo epistemológico do campo político. No campo epistemológico, se a ciência social é um exercício da busca do conhecimento universal, não pode haver “outro”, porque o “outro” é parte de nós mesmos. Em síntese, universalismo e

<sup>1</sup> O termo ocidentose foi usado por Jalal Al-I Ahmad (AHMAD, Jalal Al-I. **Ocidentosis**: a plague from the West. Califórnia: Mizan Press Berkeley, 1984.), para traçar um paralelo com a tuberculose.





particularismo não são opostos. Contudo, o universalismo tem sido atacado como uma forma de particularismo disfarçado e bastante opressivo. No campo político, o ponto é incorporar política e socialmente grupos historicamente marginais. Os cientistas sociais, nos últimos 200 anos, haviam estudado a si mesmos e os que estudavam o “outro” e o definiam ou como reflexos de si mesmos ou em contraste consigo mesmos. As vozes novas reivindicavam questões teóricas que iam além das questões dos trópicos ou os temas de estudo legítimos. A demanda era abrir as ciências sociais (WALLERSTEIN, 2006).

Os países da América Latina contam com cientistas sociais cujas atividades de ensino e pesquisa se identificam com os interesses e angústias de nossos povos. O termo *sociologia regional* foi cunhado por Orlando Fals Borda como sinônimo da sociologia da libertação. É uma sociologia da América Latina produzida na América Latina (FALS BORDA, 1970). Neste artigo, tomamos a expressão emprestada de Fals Borda (1970) considerando a existência de um *pensamento social regional*.

Podemos citar vários pensadores que refletiram sobre o papel da América Latina no sistema-mundo: Sergio Bagú (capitalismo colonial), Raúl Prebisch (centro-periferia), Ruy Mauro Marini (subimperialismo) e Theotônio dos Santos (dependência). Outras contribuições relevantes: Darcy Ribeiro (processo civilizatório), Josué de Castro (Sociologia da Fome), Orlando Fals Borda (Pesquisa-Ação Participativa), Aníbal Quijano (Colonialidade do Poder), Paulo Freire (Pedagogia do Oprimido), Octavio Ianni, Celso Furtado, Héctor Silva Michelena, Armando Córdova (Crítica da globalização), Leonardo e Clodovil Boff (Teologia da Libertação), Gino Germani e José Nun (Teoria da marginalidade), Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto (Enfoque da dependência), Ruy Mauro Marini, Theotônio Dos Santos, Vânia Bambirra e Andre Gunder Frank (teoria da dependência), Heinz Sonntag e Roberto Biceño (Sociologia latino-americana), Edgardo Lander (Eurocentrismo e colonialismo), Enrique Dussel (Filosofia e Ética da libertação), Walter Mignolo (Violência epistêmica), Arturo Escobar (Análise cultural), Enrique Leff (Crítica ao desenvolvimento sustentável), Atílio Boron (Crítica ao neoliberalismo), Xabier Gorostiaga (Civilização geocultural), Carlos Vilas, Emir Sader, Francisco Delich, Manuel Antonio Garretón, Norbert Lechner, Guillermo O'Donnell (Transição, democracia, cidadania e Estado), Nestor García Canclini (Culturas Híbridas), Hermes Tovar Pinzón (Economia da Coca), Gerard Pierre Charles, Suzy Castor (Sociologia do Caribe), Ramiro Guerra, Eric Williams, Manuel Moreno Fraginals e Juan Pérez de la Riva (Economia das plantações do Caribe) e Edelberto Torres Rivas (Sociologia centro-americana) (SEGRERA, 2005).



O tempo presente é de angústias e inseguranças generalizadas. Já não pode haver certeza de nada. Nesse tempo se propaga, sem escrúpulos, a desfaçatez de grupos sociais privilegiados que, tanto no Brasil quanto na vizinhança próxima ou distante, infringem irresponsavelmente as mais preciosas regras inscritas nas respectivas constituições nacionais. É tempo, também, de dúvidas quanto à conveniência de se reconhecer e cultivar laços culturais e políticos com o entorno geográfico; afinal, mesmo distantes, a Europa ainda fornece as referências intelectuais e os Estados Unidos as referências ideológicas (ambas disseminadas com incansável disposição pelo aparato midiático) para latino-americanos/as bem pensantes e socioeconomicamente bem posicionados/as.

Referir a um *Pensamento Social Latino-Americano* é, sem dúvida, uma heresia, que contraria muitas das incertezas do tempo presente. É o intuito aqui: proceder a uma ousada, mas cuidadosa, aproximação do *Pensamento Social Latino-Americano*. Não há, para decepção de iniciados, nenhum outro propósito transcendente. O que há é apenas a disposição de se reduzir angústias e inseguranças a partir do reconhecimento da existência de uma gente que vive num território e que tem tido coragem de refletir sobre suas agruras e suas possibilidades.

## Existe alguma região para desenvolver?

“Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos/ Não sou da nação dos condenados/ Não sou do sertão dos ofendidos/ Você sabe bem: Conheço o meu lugar!”  
(*Conheço o meu lugar*, Belchior).

Para responder ao questionamento-título consideramos a perspectiva latino-americana num duplo sentido: utilizando a literatura científica (pensamento e estudos sociais latino-americanos) da região e tomando posição a favor dos seus interesses básicos formulados pelos/as latino-americanos/as. Esta é uma tomada de posição crítica.

Com isso se quer dizer que o conhecimento considerado universal, veiculado por uma ciência supostamente objetiva e neutra, embora, de fato, carregue os valores da sociedade na qual floresceu e para a qual é funcional, despreza o conhecimento regional honesto que não se ajusta às convenções próprias dessa ciência. Tentar conhecer a América Latina, criticamente, a partir de conhecimento não-científico é, por isso, um sacrilégio com o qual se tem lidado bastante mal, inclusive, na própria América Latina.

Ou seja, a América Latina como receptáculo passivo de recomendações e proposições de políticas para promover o desenvolvimento com o fim de aproximar-se das



experiências bem-sucedidas da Europa e dos Estados Unidos é um fracasso. E o é pelo fato de que a Europa, primeiro, e os Estados Unidos, depois, prescreveram ao subcontinente – tão peculiar do ponto de vista demográfico, sociocultural e físico-geográfico – o mesmo remédio que têm ministrado para a cura de seus próprios males. O que os últimos séculos de progresso e desenvolvimento nesses países revelam é que – não apenas por insuficiência ou exagero na dosagem – o remédio é largamente inadequado. A estupidez da adoção das recomendações e proposições de políticas dos “desenvolvidos” para a resolução das enfermidades da América Latina não poderia ser maior: a tentativa de importar soluções resultou na estapafúrdia importação dos problemas para os quais aquelas soluções haviam sido desenhadas.

No que se refere a América Latina como região, apesar de terem recortado a região por nós, contamos com duas posições. Existem aqueles/as que desejam que o subcontinente se vincule ainda mais estreitamente com o império estadunidense, possivelmente, porque não se identifica nem um pouco com a gente com e a terra em que vive. Outros, apesar do recorte imposto, percebem uma história compartilhada pelas gentes, culturas e conhecimentos historicamente desconsiderados. Por um lado, temos um recorte regional que mostra desenvolvidos/subdesenvolvidos, ganhadores/perdedores. Por outro lado, o recorte regional que pode libertar a região, recuperando a história dos vencidos. “No ponto de saturação alcançado por este sistema histórico, somente novas alternativas poderão desbloquear um modelo de acumulação e de sociedade esgotado. Cabe a nós imaginá-las e começar a executá-las.” (SEGRERA, 2005, p. 221).

No caso do desenvolvimento, sua discussão reduziu-se aos espaços acadêmico e aos espaços de gestão governamental. Suas promessas não se cumpriram. E sobraram impactos sociais e ambientais. Daí a importância de se recuperar, além das contribuições do pensamento social latino-americano já citadas, também o protagonismo e do aporte dos povos indígenas, reforçando a ideia de que o desenvolvimento hegemônico é uma imposição cultural herdeira do saber ocidental e o Bem Viver, conceito em construção, representa uma crítica radical ao desenvolvimentismo e a várias perspectivas de desenvolvimento consideradas críticas. Neste sentido, trata-se de uma plataforma política, uma proposta decolonizadora (ESTEVA, 2000; GUDYNAS, 2011).

É preciso considerar que o conhecimento dos conceitos e da história não pode ser limitante. Que os desafios sejam discutidos com clareza, de forma aberta e urgente (WALLERSTEIN, 2006). “O que existe, portanto, não é o desenvolvimento de uma ideia



universal rumo ao futuro, que se identifica com o progresso, o que existem realmente são bifurcações que permitem construir vários futuros, quer dizer, os ‘futuríveis’ ou futuros possíveis.” (SEGRERA, 2005, p. 221). É assim que os dois conceitos devem ser encarados.

## Referências

ALCOREZA, Raúl Prada. **Filosofía, literatura y colonialidad**. Lecturas de narrativas. 1ª ed. Amazon, edição eletrônica, 2015.

AMIN, Samir. **Eurocentrism**. Modernity, religion, and democracy. A critique of eurocentrism and culturalismo. 2ª ed. New York: Monthly Review, 2009.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2005.

BOLÍVAR, Simón. **Carta de Jamaica**. Caracas: Fundação Biblioteca Ayacucho, 1976.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, edição eletrônica.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 55-70.

DUSSEL, Enrique. **1492 O encobrimento do outro**. A origem do mito da modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (ed.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 59-83.

FALS BORDA, Orlando. **Ciencia propia y colonialismo intelectual**. México: Editorial nuestro tiempo, 1970.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. LP&M, 2010, edição eletrônica.

GUDYNAS, Eduardo y ACOSTA, Alberto. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. Universidad de Zulia - Maracaibo. **Revista Utopía y Praxis Latinoamericana**. 2011. Pág. 71-83.

IANNI, Octávio. **Enigmas do pensamento latino-americano**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.



KUSCH, Rodolfo. **Geocultura del hombre americano**. Buenos Aires: Fernando García Cambeiro, 1976.

MIGNOLO, Walter D. Desobediencia Epistémica, Pensamiento Independiente y Libertad De-Colonial. **Otros Logos**, Revista de Estudios Críticos, Año I, Nº 1, 2009, p. 8-42. Disponível em: <http://www.ceapedi.com.ar/otroslogos/revistas/0001/mignolo.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2017.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de América Latina**. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2007.

PINTO, Simone Rodrigues. O pensamento social e político latino-americano: etapas de seu desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, 27 (2), p. 337-359, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

RIBEIRO, Darcy. **América Latina: a pátria grande**. 3ª ed. São Paulo: Global, 2017.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, 54, jun. 1977, p. 81-100.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, 54, jun. 1977, p. 81-100.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. Hacia una historia atlántica de los conceptos políticos. In: SABASTIÁN, Javier Fernández (Dir.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**. La era de las revoluciones 1750-1850. Madrid: Fundación Carolina, 2009, p. 23-45.

SEGRERA, Francisco López. Abrir, “impensar” e redimensionar as ciências sociais na América Latina e Caribe. É possível uma ciência social não eurocêntrica em nossa região? In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 203-226.

SOTELO, Ignacio. **Sociologia da América Latina**. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

THAYER, Willy. **A crise não moderna da universidade moderna**. Trad. Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

THEIS, Ivo Marcos. Territórios contestados e desenvolvimento desigual: perspectivas e desafios para a América Latina. In: CECCHETTI, Elcio; OLIVEIRA, Lilian Blanck (Orgs.). **Territórios e desenvolvimentos contestados: diálogos, resistências e alternativas**. Blumenau: Edifurb, 2015, p. 33-60.

VIII Seminário Internacional sobre

# Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
Desenvolvimento  
Regional  
mestrado e doutorado



WALLERSTEIN, Immanuel. **Abrir las ciencias sociales**. Mexico: Siglo XXI editores, 2006.

ZEA, Leopoldo. **El pensamiento latino-americano**. 3 ed. México/DF: Ed. Ariel Seix Barral, 1976.